

Tópicos setoriais

Lavouras de grãos e desempenho da agropecuária em 2009

Suzana Ribeiro Boeckel*

Economista da FEE

1 Introdução

O artigo situa o Rio Grande do Sul no cenário da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2009; apresenta o desempenho da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, bem como o resultado obtido na produção dos principais grãos da lavoura estadual face à produção nacional, no mesmo ano. Analisa sinteticamente o resultado das exportações do agronegócio, salientando os produtos considerados. Em relação às políticas voltadas ao setor agrícola, examina as principais medidas relativas ao crédito rural e a alocação de recursos nos diferentes programas, bem como salienta as principais diretrizes do Plano Agrícola e as perspectivas para a safra 2009/2010.

2 O desempenho da agropecuária no PIB do Rio Grande do Sul

Os resultados preliminares sobre o desempenho da economia gaúcha em 2009 indicaram que o Produto Interno Bruto estadual atingiu o valor de R\$ 203,0 bilhões,¹ voltando a registrar desempenho negativo, o segundo da década, com uma taxa de -0,8%.

A agropecuária obteve o melhor resultado setorial, com a maior variação do Valor Adicionado Bruto (VAB), ou seja, crescimento de 1,2% face aos 5,3% negativos apresentados pela indústria e aos 0,9% positivos dos

serviços. Em relação a 2008, quando representava 11,2% do VAB total, a agropecuária melhorou seu desempenho, visto que, naquele ano, havia apresentado variação negativa de 5,9% (Tabela 1). Relativamente ao País, a agropecuária gaúcha também apresentou melhores resultados, dado que a taxa de crescimento desse setor, no Brasil, ficou negativa em 4,3%.

Tabela 1

Taxa de crescimento do VAB, por setores de atividade, e do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2008 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	RS		BRASIL
	2008	2009	2009
Agropecuária	-5,9	1,2	-4,3
Indústria	5,2	-5,3	-5,0
Serviços	4,9	0,9	2,8
VAB	3,9	-0,8	0,2
PIB (1)	3,9	-0,8	0,2

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: Estimativas preliminares.

(1) Nas estimativas preliminares, considera-se a mesma taxa do VAB.

As estimativas relativas ao valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal mostraram uma taxa positiva de 1,4% para o conjunto da agropecuária. Essas taxas, em 2009, também refletem uma melhora em relação ao desempenho em 2008. A lavoura apresentou taxa negativa de 0,3% face aos -6,6% de 2008; a produção animal, que obteve o melhor resultado no ano, cresceu 4,3%. Os dois segmentos cresceram 1,4%, resultado modesto, porém melhor do que os -2,7% verificados no ano de 2008 (Tabela 2).

* E-mail: boeckel@fee.tche.br

A autora agradece a Clarisse C. Castilhos e a Maria Izabel H. da Jornada pelos valiosos comentários, críticas e sugestões ao texto; restando erros ou omissões, serão de responsabilidade apenas da autora.

¹ Fundação de Economia e Estatística, apresentação do PIB regional 2009, divulgado em 30 de dezembro de 2009.

Tabela 2

Taxa de crescimento do valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal no Rio Grande do Sul — 2008 e 2009

	(%)	
ATIVIDADE	2008	2009
Agropecuária	-2,7	1,4
Lavoura	-6,6	-0,3
Produção animal	3,8	4,3

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

NOTA: Estimativas preliminares.

3 O desempenho das lavouras e os condicionantes climáticos

Os resultados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2009, foi colhida, no País, a segunda maior safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, até a presente data, apresentando produção estimada em 133,8 milhões de toneladas, 8,3% inferior à safra recorde de 2008 (146 milhões de toneladas). Essa produção foi colhida em uma área de 47,2 milhões de hectares, com variação de -0,2% comparativamente à anterior.²

No que se refere à área das três principais culturas (81,4% da área colhida), o IBGE indicou que a **soja** e o **arroz** apresentaram variações positivas de, respectivamente, 2,2% e 0,9%, e o **milho**, variação negativa de 4,6%. Quanto à produção, apenas o arroz apresentou crescimento de 4,2%, sendo que, na soja, houve uma retração de 4,8% e, no milho, de 13,5%.

No cenário da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, o Rio Grande do Sul ocupou a terceira posição no *ranking* dos estados produtores, com uma participação de 16,7%, atrás de Mato Grosso, que liderou a produção nacional, com participação de 21,1%, e do Paraná, com 18,2%. Saliente-se que os resultados dos dois estados da Região Sul foram bastante afetados por condições meteorológicas adversas — estiagem no início do ano, geadas no inverno e chuvas excessivas no período final do ciclo das culturas de inverno.

Considerando-se os principais produtos da lavoura estadual de grãos (**arroz, milho, soja e trigo**), são apresentados, na Tabela 3, os resultados obtidos na safra de 2009 no Estado e no País.

No Brasil, foram colhidas 125,6 milhões de toneladas dos principais grãos, mencionados anteriormente, numa área de 40,8 milhões de hectares, inferiores à produção (136,9 milhões de toneladas) e à área (40,9 milhões de hectares) verificadas na safra anterior. Apenas a lavoura de arroz, com crescimento de 4,2%, obteve produção maior do que em 2008, apresentando, também, acréscimo de 3,2% no rendimento médio, que alcançou 4.366 kg/ha. As lavouras de milho, soja e trigo tiveram expressivas reduções nos respectivos rendimentos médios, estes fortemente afetados pelas condições climáticas adversas, em diferentes fases do seu desenvolvimento, sendo que a lavoura de milho teve também reduzida a área colhida em 4,6%. Essas quatro lavouras representaram, nessa safra, mais de 93% da produção e em torno de 86% da área colhida de grãos no País.

No Rio Grande do Sul, à exceção do arroz, todas as lavouras apresentaram redução na área colhida, sendo o trigo e o milho as mais importantes, respectivamente -12,7% e -4,1%. O milho apresentou queda significativa de -16,7% no rendimento médio e em torno de -20% na produção. O trigo também reduziu a produção em -12,3%, mas apresentou rendimento médio superior em 0,5% em relação à safra anterior, atingindo 2.110 kg/ha.³

Contribuíram para a redução na área plantada de milho, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os preços praticados na época do plantio, problemas climáticos, como a falta de umidade do solo no período da semeadura e o preço da soja mais atrativo no mercado. Quanto à redução de produtividade dessa lavoura, a deficiência hídrica ocorrida no período de formação dos grãos foi o principal fato gerador para esse resultado, sendo o RS um dos estados mais afetados, como também o Paraná — onde a quebra foi maior — e o Mato Grosso do Sul.

No conjunto, a produção desses grãos no Estado foi de 21,9 milhões de toneladas, 2,9% inferior aos resultados obtidos na safra passada, sendo que a área de 7,1 milhões de hectares foi também 2,1% menor do que aquela colhida em 2008. O crescimento de 7,3% na produção de arroz e de 1,8% na de soja não foram suficientes para compensar as perdas nas lavouras de milho e de trigo, contribuindo para o resultado negativo de -0,3% no valor da produção da lavoura.

² IBGE — décima segunda estimativa da safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, janeiro de 2010.

³ Ver **Carta de Conjuntura FEE** (2010).

Tabela 3

Área colhida, produção, rendimento médio dos principais grãos no Brasil e no RS — 2009

LAVOURAS	ÁREA COLHIDA (ha)	$\Delta\% \frac{2009}{2008}$	PRODUÇÃO (t)	$\Delta\% \frac{2009}{2008}$	RENDIMENTO (kg/ha)	$\Delta\% \frac{2009}{2008}$
Brasil						
Arroz	2 888 315	0,9	12 609 060	4,2	4 366	3,2
Milho total	13 779 065	-4,6	51 041 634	-13,5	3 704	-9,3
Soja	21 736 341	2,2	57 036 668	-4,8	2 624	-6,9
Trigo	2 422 512	2,1	4 942 940	-16,0	2 040	-17,7
Subtotal	40 826 233	-0,3	125 630 302	-8,2	-	-
Rio Grande do Sul						
Arroz	1 108 896	3,5	7 912 676	7,3	7 136	3,7
Milho total	1 321 600	-4,1	4 249 000	-20,2	3 215	-16,7
Soja	3 821 290	-0,3	7 913 000	1,8	2 071	2,1
Trigo	855 670	-12,7	1 805 600	-12,3	2 110	0,5
Subtotal	7 107 456	-2,1	21 880 276	-2,9	-	-

FONTE: LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

4 Balança comercial do agronegócio

No Brasil, em 2009, as exportações do agronegócio atingiram o valor de US\$ 64,8 bilhões, com uma redução de 9,8% em relação ao ano anterior, enquanto o total das exportações brasileiras foi reduzido em 23,1%. As importações do agronegócio também foram menores em 2009, com redução de 16,9% em relação ao ano anterior, redução menor do que a verificada para a pauta correspondente nacional, que diminuiu 26,2%.

Com isso, o saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro, que totalizou US\$ 54,9 bilhões, foi cinco bilhões inferior ao superávit obtido em 2008.

De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

A diminuição das exportações em 9,8% resultou de redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. A queda das exportações dos demais produtos exportados pelo Brasil foi de 30%. A participação do agronegócio nas exportações totais brasileiras aumentou de 36,3% em 2008 para 42,5% em 2009.

No Rio Grande do Sul, as exportações do agronegócio são ponteadas pelo complexo soja, e, na pauta de importações, é o trigo o mais significativo dentre os produtos considerados. Em seu conjunto, as exportações do agronegócio gaúcho apresentaram um decréscimo de 14,1%, no período jan.-set./09 (Tabela 4) em relação ao correspondente período do ano anterior, e totalizaram o valor de US\$ 7,2 bilhões face aos US\$ 8,4 bilhões obtidos em 2008. O complexo soja, porém, cresceu 4,2%, atingindo o valor de US\$ 2,7 bilhões, representando quase 37% do valor das exportações do agronegócio, último dado divulgado até janeiro de 2010. As exportações de soja em grãos tiveram um acréscimo de 23,9% em seu valor, ficando em US\$ 1,9 bilhão em 2009 (jan.-set.). Já os preços caíram de US\$/kg 0,4638 em 2008 para US\$/kg 0,3979 em 2009, ou seja, uma redução em torno de 14%.

O preço das exportações do agronegócio no Estado era de US\$/kg 0,8950 em 2008 e baixou para US\$/kg 0,7180 em 2009, acompanhando o movimento de queda dos preços das exportações do Brasil.

Na Tabela 4, é apresentado o total das exportações e das importações do agronegócio gaúcho, sendo salientados os correspondentes valores do **complexo soja** e do grupo **cereais, farinhas e preparações**.

Tabela 4

Exportações do agronegócio no Rio Grande do Sul — jan.-set./08 e jan.-set./09

DISCRIMINAÇÃO	JAN-SET/09		JAN-SET/08		Δ% 2009/2008
	Valor (US\$)	Peso (kg)	Valor (US\$)	Peso (kg)	
RIO GRANDE DO SUL	7 227 332 035	10 066 106 043	8 415 852 561	9 403 203 623	-14,12
A) Complexo soja	2 657 164 511	6 560 567 584	2 549 256 684	5 220 704 735	4,23
Soja em grãos	1 883 102 152	4 732 691 152	1 520 205 259	3 277 907 412	23,87
Farelo de soja	546 874 841	1 515 162 879	522 074 111	1 488 033 214	4,75
Óleo de soja	227 187 518	312 713 553	506 977 314	454 764 109	-55,19
Óleo de soja em bruto	226 032 928	311 282 107	494 914 955	445 665 117	-54,33
Óleo de soja refinado	1 103 737	1 384 966	12 062 359	9 098 992	-90,85
Demais óleos de soja	50 853	46 480	0	0	-
B) Cereais, farinhas e preparações	281 326 317	951 269 050	485 274 476	1 352 028 893	-42,03
Cereais	277 640 969	946 912 262	479 276 112	1 345 637 292	-42,07
Arroz	200 588 957	464 385 105	196 704 698	343 936 424	1,97
Trigo	47 860 074	307 122 313	202 903 396	640 457 559	-76,41
Milho	27 792 450	168 345 932	78 924 822	359 157 063	-64,79
Aveia	1 398 339	7 057 134	741 221	2 084 836	88,65
Demais cereais	1 149	1 778	1 975	1 410	-41,82
Preparações à base de cereais	2 917 166	2 210 381	3 661 451	2 347 097	-20,33
Pães, biscoitos e produtos de pastelaria	1 418 497	1 103 078	2 034 815	1 327 862	-30,29
Waffles e wafers	959 868	602 600	1 102 037	630 185	-12,90
Massas alimentícias	422 063	442 729	357 534	294 593	18,05
Outras preparações alimentícias à base de cereais	76 801	46 979	158 302	92 579	-51,48
Preparações para alimentação infantil	39 937	14 995	8 763	1 878	355,75
Produtos e subprodutos da indústria de moagem	768 182	2 146 407	2 336 913	4 044 504	-67,13
Demais produtos e subprodutos da indústria de moagem ...	752 987	2 116 721	1 420 306	2 971 131	-46,98
Farinha de milho	7 201	14 822	22 553	53 006	-68,07
Farinha de trigo	6 621	14 000	891 474	1 018 942	-99,26
Amido de milho	670	404	2 087	892	-67,90
Aveia em flocos ou elaborados de outro modo	636	360	144	33	341,67
Farelo, sêneas e outros resíduos de trigo	45	90	291	480	-84,54
Amido de trigo	22	10	58	20	-62,07
Subtotal (A + B)	2 938 490 828	7 511 836 634	3 034 531 160	6 572 733 628	-

FONTE: AGROSTAT BRASIL. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal>>. Secex/MDIC.

NOTA: Elaboração de CGOE-DPI-SRI-MAPA.

5 O crédito rural na safra 2008/2009

A safra colhida em 2009 foi plantada em plena crise financeira mundial, em 2008. Para amenizar os efeitos dessa crise, que trouxe preocupações sobre a capacidade financeira dos produtores para custear o plantio, face à perspectiva de menor oferta de crédito, bem como a necessidade de mobilização de recursos para comercialização, o Governo Federal programou importantes medidas para amenizar os efeitos negativos da crise.

Na análise da Secretaria de Política Agrícola (SPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

[...] recapitulando as principais ações implementadas no 1º semestre da safra, ressaltamos a elevação do percentual da exigibilidade dos depósitos à vista, de 25% para 30%; a elevação da exigibilidade de aplicação das instituições financeiras com recursos da poupança rural, de 65% para 70%; permissão para utilização de recursos da poupança para financiamentos de CPR; redução do encaixe obrigatório no Banco Central, de 20% para 15%. Essas medidas certamente contribuíram para injetar mais liquidez no sistema.

Quanto ao apoio aos produtores na demanda por crédito, este foi consubstanciado

[...] na elevação do limite de crédito para comercialização (LEC) para leite e na adoção de medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas de operações de crédito rural (Lei nº 11.775, de 17.09.2008, posteriormente alterada pelas Leis nºs 11.992, de 13.04.2009, e 11.960, de 29.06.2009). Além disso, foi criada uma linha especial de crédito para pagamento de até 40% das prestações de investimento, com vencimento em 2008, dos programas de investimento agropecuário, no âmbito do BNDES.

Para o segundo período da safra (janeiro a junho), várias medidas de apoio foram adotadas, sendo as principais:

- autorização de elevação do limite de operação dos créditos de comercialização e de Empréstimos do Governo Federal (EGF) de R\$ 10,0 milhões para R\$ 20,0 milhões, quando destinados à agroindústria, com o propósito de dar continuidade ao esforço de prover liquidez ao sistema;
- autorização para destinação de até 30% das disponibilidades orçamentárias do Prodecoop à formação de capital de giro não associado a projetos de investimento, elevando o limite de financiamento de R\$ 10,0 milhões para R\$ 20,0

milhões, como apoio aos produtores cooperados. Os recursos do Prodecoop passaram de R\$ 1,0 bilhão para R\$ 1,7 bilhão, com elevação de 70%. E, adicionalmente, foram alocados mais R\$ 300 milhões ao Prodecoop, por meio da Resolução do Bacen nº 3.713, totalizando R\$ 2,0 bilhões na safra. Também foram disponibilizados mais R\$ 50,0 milhões ao Moderfrota Proger, totalizando R\$ 550 milhões;

- foi, ainda, autorizada a contratação de financiamento, após o mês de junho, sob as condições estabelecidas para a contratação da safra 2007/2008, devendo ser deduzidos dos valores a serem disponibilizados no mesmo programa na safra seguinte;
- a avicultura de corte e a suinocultura também foram beneficiadas, através das Resoluções do Bacen nºs 3.687 e 3.713, já citada;
- mediante a Resolução do Bacen nº 3.701, de 26.03.09, foram consolidadas, em um único normativo, as instruções sobre a linha especial de crédito destinado ao pagamento de até 40% das prestações das operações de investimento agropecuário, no âmbito do BNDES, e, também, foi autorizada a utilização da poupança rural (R\$ 40,0 milhões do Banco do Brasil e R\$ 10 milhões dos demais bancos) como fonte suplementar de recursos;
- foi concedida, através da Resolução do Bacen nº 3.700, de 26.03.09, a elevação no limite para crédito de custeio para a lavoura de trigo irrigado, de R\$ 500,0 mil para R\$ 600,0 mil, e de trigo não irrigado, de R\$ 400,0 mil para R\$ 450,0 mil, para se adequar ao aumento nos custos de produção;
- a Resolução do Bacen nº 3.714, de abril de 2009, criou uma linha de crédito para capital de giro, com recursos do BNDES, para a agroindústria, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas e as cooperativas agropecuárias;
- a mesma resolução citada acima autorizou o repasse de R\$ 5 bilhões do BNDES aos bancos públicos federais, para que atuassem como agentes operadores da linha de crédito destinada ao capital de giro, com o objetivo de dar maior fluidez ao escoamento do crédito.

Ainda em junho, o Bacen editou a Resolução nº 3.736, com o objetivo de conceder prazo adicional para pagamento de prestações de operações de custeio e investimento, contratadas em regiões atingidas por enchentes ou por seca, e instituir linha emergencial de crédito para financiamento de atividades rurais atingidas

por enchentes ou por seca. Os beneficiários são produtores rurais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, que tiveram perda de renda em decorrência de estiagem, cujos municípios tenham decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública entre os dias 1º de dezembro de 2008 e 13 de maio de 2009, reconhecidos pelos respectivos Governos Estaduais até 15 de junho de 2009.

Em outubro de 2009, mais duas resoluções foram adotadas pelo Banco Central: a de nº 3.796 e a de nº 3.799. A primeira estabelece prazos e disposições complementares para a efetivação de matéria contida nos artigos 3º e 4º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008: concede prazos para os mutuários manifestarem interesse em liquidar as parcelas de juros vencidas ou em contratar nova operação de crédito em condições que estabelece; concede prazo até 30 de dezembro de 2009 para a quitação do saldo de parcelas de juros vencidas; e concede também este prazo para os mutuários das operações de que trata o art. 4º da Lei nº 11.775 se adimplirem e, portanto, se beneficiarem do disposto naquela lei. A segunda resolução estabelece os prazos de até 30 de novembro de 2009 para os mutuários manifestarem interesse em aderir ao processo de renegociação de suas dívidas, e de até 30 de dezembro de 2009 para a liquidação da operação ou amortização mínima exigida do mutuário como condição para renegociação de suas dívidas, com os descontos previstos para 2009, quando for o caso, e, ainda, até 30 de junho de 2010 para os agentes financeiros formalizarem as renegociações.

No que se refere ao montante de recursos programados e aplicados no crédito rural, a Tabela 5 apresenta a síntese dos recursos programados e aplicados na safra 2008/2009 em comparação ao ano-safra anterior.

Verifica-se que, para custeio e comercialização, foram programados R\$ 54,8 bilhões, sendo R\$ 45,0 bilhões a juros controlados e R\$ 9,7 bilhões a juros livres. Para investimentos, foram programados R\$ 10,2 bilhões, sendo que, destes, a principal parcela advém dos programas do BNDES, com um montante de R\$ 6,5 bilhões.

Observa-se, ainda, que o efetivo desembolso relativo foi de 101,3% para custeio e comercialização e de 92,4% para investimentos.

Relativamente às perspectivas para o próximo ano-safra, o Governo Federal, como de praxe, divulgou, em meados do ano de 2009, o novo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) — 2009/2010. Para a safra a ser colhida no ano em curso, o Plano elenca os seguintes objetivos:

- aumentar o volume total de Recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNC), sobretudo a taxas controladas;
- melhorar a liquidez do produtor rural;
- reduzir os custos financeiros para o produtor;
- apoiar a comercialização dos produtos da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM);
- ampliar a cobertura do seguro rural;
- ampliar a abrangência do zoneamento agrícola de risco climático;
- reforçar o apoio ao médio produtor rural por meio de modificações no Proger Rural;
- fortalecer as cooperativas do setor agropecuário;
- estimular o desenvolvimento sustentável da agropecuária;
- recuperar áreas degradadas para reduzir pressão pelo desmatamento e aumentar os níveis de produtividade;
- estimular o uso do calcário agrícola;
- reduzir a dependência da importação de fertilizantes;
- estimular a produção extrativista;
- incentivar sistemas de produção sustentáveis, como o orgânico e o de integração lavoura-pecuária; e
- fortalecer a produção de biocombustíveis.

Para o crédito rural, um dos principais instrumentos de política agrícola, o MAPA, informa, através do PAP, que a oferta de crédito para 2009/2010 será de R\$ 107,5 bilhões, 37% a mais do que o orçamento destinado ao setor na safra passada. Para a safra atual, são destinados R\$ 92,5 bilhões à agricultura empresarial e R\$ 15 bilhões à familiar. Informa, também, que os recursos do crédito rural mais do que quadruplicaram nos últimos seis anos, passando de R\$ 24,7 bilhões em 2002/2003 para os R\$ 107,5 bilhões atuais. Na agricultura empresarial, o volume de recursos crescerá 42,3% neste plano-safra em comparação com o ciclo passado.

Para custeio e comercialização, o crédito disponibilizado na safra 2009/2010 é de R\$ 66,2 bilhões, dos quais R\$ 54,2 bilhões são ofertados a juros controlados (com taxa fixa de 6,75% ao ano), que representam 20,2% a mais do que em 2008/2009, constituindo-se no maior aumento no volume total do crédito.

No plano-safra 2009/2010 foram reajustados em até 50,% os limites de custeio, Empréstimos do Governo Federal e investimento, conforme a cultura a ser beneficiada. Foi também ampliado o limite para operações de Empréstimo do Governo Federal para as agroindústrias, passando de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.

No que se refere às estimativas para a safra nacional de grãos em 2010, a Conab projeta, em seu quinto levantamento, a produção de 143,1 milhões de toneladas, prevendo superar o resultado obtido na safra de 2009, que foi de 135,1 milhões de toneladas. Diferentemente da safra de 2009, cujos resultados foram marcados pela estiagem nos estados da Região Sul e no Mato Grosso do Sul, provocando redução significativa na colheita (especialmente soja e milho), o bom desempenho da safra de 2010 deve-se às condições climáticas favoráveis

durante o desenvolvimento das culturas, com a estabilidade de chuvas nos principais estados produtores. A exceção fica por conta da cultura do arroz no Rio Grande do Sul. Aí é esperada redução de 3,9% na área plantada, principalmente devido às precipitações pluviométricas excessivas durante os últimos meses de 2009, o que resultou em problemas, como retardamento nos trabalhos de preparo do solo e de plantio, perdas de área e plantios fora do período recomendado.

Tabela 5

Programação e aplicação de recursos de crédito rural nas safras 2007/2008 e 2008/2009, no Brasil — 2009

FONTES DE RECURSOS OU PROGRAMAS	(R\$ milhões)						
	2007/2008			2008/2009			COMPARATIVO APLICAÇÃO Δ% (d/b)
	Programação Jul./07 a Jun./08 (a)	Aplicação Jul./07 a Jun./08 (b)	Desemb. Relativo (%) (b/a)	Programação Jul./08 a Jun./09 (c)	Aplicação Jul./08 a Jun./09 (d)	Desemb. Relativo (%) (d/c)	
A) Custeio e Comercialização	49 100,0	58 415,7	119,0	54 800,0	55 491,1	101,3	-5,0
A.1) Juros controlados	37 850,0	42 105,8	111,2	45 053,0	42 506,2	94,3	1,0
Exigibilidades (6,75% a.a.) (1).....	28 400,0	32 988,5	116,2	30 000,0	28 755,9	95,9	-12,8
Poupança rural (6,75% a.a.) (2)	5 500,0	7 123,5	129,5	10 653,0	11 318,4	106,2	58,9
FUNCAFE (7,5% a.a.)	1 750,0	1 581,6	90,4	2 200,0	2 045,5	93,0	29,3
Proger rural (6,25% a.a.) (3)	2 200,0	412,3	18,7	2 200,0	386,5	17,6	-6,2
Banco do Brasil	1 800,0	317,1	17,6	1 955,0	210,7	10,8	-33,6
Banco do NE	-	-	-	-	-	-	-
Bancos Cooperativos	400,0	95,1	23,8	245,0	175,8	71,8	84,8
Banco da Amazônia	-	-	-	-	-	-	-
A.2) Juros livres	11 250,0	16 309,8	145,0	9 747,0	12 984,9	133,2	-20,4
Poupança Rural (MCR 6-4) (4)	2 600,0	1 293,0	49,7	1 147,0	1 461,7	127,4	13,0
Recursos Livres (5)	2 300,0	2 000,4	87,0	7 000,0	3 872,2	55,3	93,6
CPR Aval/Compra	2 000,0	1 447,0	72,3	1 600,0	1 472,1	92,0	1,7
BB-Agroindustrial (MCR 6-4)	4 350,0	11 159,6	256,5	-	5 578,9	-	-50,0
Recursos Externos — 63 Rural	-	409,8	-	-	600,1	-	46,4
B) Investimento	8 900,0	7 451,1	83,7	10 200,0	9 425,1	92,4	26,5
B.1) Programas do BNDES (6)	6 100,0	3 799,8	62,3	6 500,0	4 323,7	66,5	13,8
Moderfrota	3 000,0	2 025,7	67,5	2 500,0	1 903,3	76,1	-6,0
Moderagro	1 850,0	574,2	31,0	850,0	512,3	60,3	-10,8
Moderinfra	500,0	174,9	35,0	500,0	261,7	52,3	49,7
Produsa (Moderagro Solo e Prolaptec)	200,0	403,9	202,0	1 000,0	160,9	16,1	-60,2
Propflora	100,0	49,1	49,1	150,0	81,7	54,5	66,2
Prodecoop	450,0	572,1	127,1	1 000,0	939,1	93,9	64,2
Moderfrota Proger (7,5% a.a.)	-	-	-	500,0	464,7	92,9	0,0

(continua)

Tabela 5

Programação e aplicação de recursos de crédito rural nas safras 2007/2008 e 2008/2009, no Brasil — 2009

FONTES DE RECURSOS OU PROGRAMAS	2007/2008			2008/2009			(R\$ milhões)
	Programação	Aplicação	Desemb.	Programação	Aplicação	Desemb.	COMPARATIVO APLICAÇÃO Δ% (d/b)
	Jul./07 a Jun./08 (a)	Jul./07 a Jun./08 (b)	Relativo (%) (b/a)	Jul./08 a Jun./09 (c)	Jul./08 a Jun./09 (d)	Relativo (%) (d/c)	
B.2) Demais linhas/programas	2 800,0	3 651,2	130,4	3 700,0	5 101,4	137,9	39,7
Fundos Constit. (5% a 9,0% a. a.) (7)	2 500,0	3 020,3	120,8	3 500,0	4 540,1	129,7	50,3
Finame Agríc. Esp. (12,35% a. a.) (6)	200,0	5,5	2,8	-	-	-	-
Proger — BB (6,25% a.a.) (8)	100,0	274,4	274,4	200,0	251,9	125,9	-8,2
Recursos Externos — 63 Rural		351,0			309,4		-11,9
C) Agricultura empresarial (A + B)	58 000,0	65 866,7	113,6	65 000,0	64 916,2	99,9	-1,4
D) Agricultura familiar (Pronaf) (9)	12 000,0	8 065,8	67,2	13 000,0	9 489,0	73,0	17,6
E) AGRICULTURA TOTAL (C + D)	70 000,0	73 932,6	105,6	78 000,0	74 405,2	95,4	0,6
F) Outros créditos	-	158,0	-	-	-	-	-
F.1) FAT Giro Rural	-	156,9	-	-	-	-	-
Banco do Brasil	-	37,2	-	-	-	-	-
Demais bancos (6)	-	119,7	-	-	-	-	-
F.2) BB Coopgiro FAT (custeio) ...		1,1			-		
G) TOTAL (E + F)	70 000,0	74 090,6	105,8	78 000,0	74 405,2	95,4	0,4

FONTE: Recor-Bacen, BNDES, BB, BNB, BASA, Bancoob e Sicredi.

NOTA: Elaboração MAPA/SPA/DEAGRI.

(1) Informações do Bacen/Recor (cust., inv., comerc.) deduzidos Pronaf Exigibilidade (BB, Sicredi, Bancoob, Basa e BNB). (2) Poupança rural: informações BB, Sicredi e Bancoob. Orçamento inicial BB de R\$ 10.553 milhões (Port. MF 161, de 30.07.08) — R\$ 500,0 milhões destinados ao Proger (Portaria MF 251, de 20.10.08) = R\$ 10.053 milhões. Adicionados R\$ 100 milhões Bancoob + R\$ 500 milhões SICREDI. Total de R\$ 10.653 milhões. (3) Proger BB: R\$ 300 milhões (Portaria 251, de 20.10.08). O valor de R\$ 1.655 milhões (BB) é para complementar o total de R\$ 2.200 milhões (idem safra anterior). (4) Informações do BB, BNB, BASA, Bancoob e Sicredi. Lançamento total (cust., inv., comerc.). (5) Informações Recor-Bacen. Lançamento total (cust., inv., comerc.). (6) Informações BNDES (desembolso). Moderagro engloba os antigos programas Moderagro (menos Solo), Prodefruta e Prodeagro. Produsa engloba o Prolapec e Moderagro Solo. Item 6.1- Demais bancos (informações BNDES- Proinsa). (7) Informações do BB, BNB e BASA (lançamento cust., inv., comerc.). (8) Proger Investimento BB, fonte poupança rural. (9) Informações do BB, BNB, BASA, Bancoob e Sicredi.

6 Considerações finais

Embora apresentando uma taxa negativa de 0,3% para o resultado da lavoura, a agropecuária gaúcha obteve resultado positivo, em 2009 com um crescimento de 1,4% no valor da produção, devido ao bom desempenho da produção animal. Quanto às lavouras dos principais grãos, objeto desta análise, somente o arroz e a soja tiveram crescimento de produção no Estado, sendo que apenas o arroz apresentou expansão da área colhida.

O Brasil, embora tendo obtido a segunda maior safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, até agora registrada (a maior foi em 2008), viu reduzir a produção de milho (-13,5%), de soja (-4,8%) e de trigo (-16,0%), com quedas expressivas também em seus respectivos rendimentos médios.

Tanto no Estado como no País, os resultados, em 2009, foram fortemente impactados por condições climáticas desfavoráveis, tanto na época de plantio, como no desenvolvimento e na colheita das lavouras analisadas, à exceção do arroz.

O Governo Federal foi pródigo em propor medidas para minimizar os efeitos deletérios do clima e também medidas de apoio, objetivando, principalmente, o aumento da liquidez ao setor agrícola, tendo em vista a forte desaceleração da economia mundial, com a consequente redução das disponibilidades de créditos doméstico e externo, seja por instituições bancárias, seja por *tradings* e revendedores de insumos, procurando proporcionar condições próximas à normalidade para o plantio da safra.

Referências

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO — 2009. Brasília: MAPA, Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>.

CARTA DE CONJUNTURA FEE. Porto Alegre, ano 19, n. 1, jan. 2010.

INFORMATIVO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, Brasília: MAPA, Secretaria de Política Agrícola, ano 3, v. 2, set. 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2009/2010. Brasília: MAPA, Secretaria de Política Agrícola, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>.

QUINTO LEVANTAMENTO DE AVALIAÇÃO DA SAFRA 2009/2010, Brasília: CONAB, fev. 2010. Disponível em <<http://www.conab.gov.br>>.

SAMPAIO, Maria Helena A. de. Resultado das principais lavouras de grãos do RS na safra 2008/09. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v.19, n. 1, p. 2, jan. 2010.

